

Educação física e Covid-19: o que dizem os protocolos de volta às aulas presenciais¹

Physical education and Covid-19: what do the protocols for going back to presential classes say

Educación física y Covid-19: qué dicen los protocolos para volver a las clases presenciales



Bruno Ocelli Ungheri

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
bruno.ungheri@ufop.edu.br



Gabriel Luiz da Silva

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
gabrieldrums1992@yahoo.com.br



Denise Falcão

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
denise.falcao@ufop.edu.br



Renato Melo Ferreira

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
renato.mf@hotmail.com



Everton Rocha Soares

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
evertonrsoares@yahoo.com.br

Resumo: Diante do cenário causado pela SARS-CoV-2, este estudo buscou identificar diretrizes das unidades da federação brasileira e refletir sobre os impactos na Educação Física no retorno presencial. Analisou-se quatorze documentos oficiais elaborados até setembro de 2020, utilizando-se de Análise de Conteúdo. Identificaram-se diretrizes gerais de higienização

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

para prevenção do contágio no ambiente escolar e orientações específicas à Educação Física, como reorganização dos espaços, proibição de eventos e atividades coletivas, suspensão de atividades esportivas e adoção de aulas teóricas. Concluiu-se que os protocolos abordam nuances próprias da Educação Física, mas são notáveis os limites de infraestrutura, recursos humanos e materiais para viabilizar o retorno seguro e igualitário.

Palavras-chave: Escola. Educação Física. Pandemia. COVID-19.

Abstract: Given the scenario caused by SARS-CoV-2, this study aiming to identify the guidelines of Brazilian units federation and reflect about impacts of returning on Physical Education. Fourteen official documents prepared by September 2020 were analyzed, using Content Analysis technique. General hygiene guidelines for prevention of contagion in the school environment and specific guidelines for Physical Education were identified, such as reorganization of school spaces, prohibition of events and collective activities, suspension of sports activities and adoption of theoretical classes. It was concluded that the protocols address specific nuances to Physical Education, but the limits of infrastructure and human and material resources are remarkable to enable safe return in an equal way.

Keywords: School, Physical Education, Pandemic, COVID-19.

Resumen: Dado el escenario del SARS-CoV-2, este estudio identificó las pautas de las unidades de la federación brasileña y reflexionó sobre los impactos en la Educación Física en el retorno presencial. Se analizaron catorce documentos oficiales elaborados hasta septiembre de 2020, utilizando Análisis de Contenido. Se identificaron pautas generales de higiene para la prevención del contagio en el ambiente escolar y pautas específicas para la Educación Física, como reorganizar espacios, prohibir eventos y actividades colectivas, suspender actividades deportivas y adoptar clases teóricas. Se concluyó que los protocolos abordan matices de la Educación Física, pero son notables los límites de infraestructura, recursos humanos y materiales para viabilizar el retorno seguro e igualitario.

Palabras clave: Escuela, Educación Física, Pandemia, COVID-19.

Submetido em: 24-03-2021

Aceito em: 01-10-2021

Introdução

A SARS-CoV-2 (COVID – 19) é um vírus potencialmente mortal que se espalha pelo mundo em uma velocidade maior que as autoridades conseguem reagir com vacinas e remédios (FARIAS *et al.*, 2020). De acordo com Wu *et al.* (2020), o vírus teve início com uma epidemia de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, tendo como fato comum entre os pacientes que todos eles estiveram no mercado de frutos do mar da cidade. Entretanto, com o passar dos dias, novos casos foram detectados, sem haver a relação entre o local e as pessoas. O surto se espalhou rapidamente, tomando toda a China e mais 66 países em seis continentes. A emergência de uma crise sanitária de proporções mundiais coloca à prova a capacidade da saúde pública de diversos países, com impacto direto sobre todas as dimensões da vida, especialmente aquelas de natureza econômica e social, como o trabalho, a família, a educação e o lazer (MATOS; PINHEIRO; BAHIA, 2020).

Cury (2020) enfatiza a desconstrução do cotidiano engatilhada pela suspensão dos sistemas de trocas, de produção e de cultura. Como consequência, o autor observa impactos restritivos nas atividades do comércio, na manutenção e geração de empregos, no transporte público, bem como nos serviços presenciais de segmentos como museus, cinemas, teatros e salas de eventos. Acrescenta-se a esta discussão os limites inerentes às relações sociais e aos benefícios engatilhados pela prática e experimentação das atividades físicas, profundamente impactadas pela conjuntura. Nessa esteira, um dos segmentos mais impactados pela pandemia é, notadamente, o educacional, que para Dias e Pinto (2020) demanda políticas públicas que direcionem investimentos para o enfrentamento das desigualdades e para a criação de ambientes seguros a toda a comunidade escolar.

No entendimento de Cury (2020), o Brasil apresenta dificuldades para reposição das aulas presenciais, retrocessos na aprendizagem e no processo social da educação. Lançando luz à evasão e

ao abandono escolar, possíveis de serem alavancados pela vulnerabilidade socioeconômica de significativa parcela dos estudantes, o autor argumenta que o desafio em tela é considerar propostas de um calendário escolar que não aumente a desigualdade, valendo-se de diferentes formas de aprendizado. Cumpre esclarecer que, mediante incertezas sobre os impactos possíveis de serem causados por um vírus desconhecido, a ação de governos e autoridades sanitárias foi se desenhando ao longo da pandemia, sem a garantia de respostas ao tempo e à segurança desejadas pelo conjunto do tecido social.

No Brasil, considerando-se o Sistema Nacional de Ensino, que confere autonomia administrativa às redes de ensino, a questão se dissipa em função das diferentes diretrizes e protocolos de volta às aulas presenciais adotados por estados e municípios (CURY, 2020). Nesta direção, o Parecer 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2020) salienta que as orientações para realização de atividades pedagógicas não presenciais devem ser consideradas como sugestões, uma vez que as soluções mais adequadas deverão emergir da “inovação e criatividade das redes, escolas, professores e estudantes”. Reiterando a LDB, o documento aponta ainda para a necessidade do regime de colaboração no desenvolvimento de ações conjuntas entre os atores do sistema educacional local e nacional. Embora nesse contexto a educação à distância tenha sido amplamente utilizada como forma de não se perder os esforços já envidados na continuidade da educação, essa não pode ser a única forma de disponibilização do conteúdo (DIAS; PINTO, 2020).

Problema

Diante do cenário pandêmico, as unidades de ensino presenciais foram levadas a paralisar suas atividades para conter o avanço da COVID-19. Reconhece-se o surgimento de novas necessidades educacionais por parte de toda a comunidade escolar, além

da intensificação daquelas pré-existentes, especialmente nas instituições que compõem as redes públicas de ensino. Como enfatiza Cury (2020), a decisão emergencial de se conduzir as ações de ensino por meio remoto (ou virtual) foi uma solução possível para um primeiro momento, mas findou por revelar a intensificação de desigualdades enraizadas por aspectos socioeconômicos e étnico-raciais.

Subitamente, a escola invadiu o ambiente da casa, que passou a acumular o espaço e o tempo do ensino, gerando implicações potentes no cotidiano de aproximadamente “50 milhões de crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e suas modalidades” (CURY, 2020, p. 13). Para além dos aspectos cognitivos próprios da aprendizagem, emergiram lacunas relacionadas às dimensões afetivas e interacionais conduzidas pelo cotidiano da vida escolar, evidenciando a necessidade de se pensar o retorno às atividades presenciais de forma segura e igualitária.

No contexto educacional, bem como da saúde mental dos alunos, principalmente em um cenário de extremo desgaste diante da SARS-CoV-2 (COVID – 19), é sabido que a atividade física tem um papel fundamental, tanto na reinserção do indivíduo no convívio coletivo quanto na manutenção da saúde (PEDROSA; DIETZ, 2020). A depender das perspectivas curriculares adotadas por cada instituição, Castro Neta *et al.* (2020) destacam que o trabalho pedagógico e as práticas corporais como brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas ampliam as possibilidades de compreensão do contexto social histórico e político de produção e reprodução das manifestações do corpo. Surgem, portanto, as questões norteadoras do presente estudo: (i) como desenvolver presencialmente as aulas de Educação Física face às restrições impostas pela pandemia? (ii) quais os protocolos estabelecidos nos documentos oficiais elaborados pelos estados brasileiros? (iii) quais as suas implicações na Educação Física?

Objetivo

Ancorando-se nas questões norteadoras do objeto de estudo apresentado, a pesquisa buscou identificar as orientações protocolares elaboradas por estados brasileiros e pelo Distrito Federal para a volta das aulas presenciais nas escolas sob sua jurisdição, quando possível. Como desdobramentos específicos, buscou-se refletir sobre as relações diretas e indiretas estabelecidas entre as diretrizes e o cotidiano das aulas de Educação Física e as demais práticas corporais no ambiente da escola.

Metodologia

Destarte, é preciso contextualizar o presente estudo, haja vista que, ao longo do tempo, a pandemia da COVID – 19 se apresenta de diferentes formas pelos territórios globais – demandando ações constantes por parte dos poderes constituídos. Logo, cumpre ressaltar que a pesquisa em tela foi realizada entre julho de 2020 e fevereiro de 2021, ou seja, os achados compartilhados se localizam neste interregno em que, no caso brasileiro, especulava-se o fim da chamada “primeira onda” pandêmica. Trata-se, portanto, de um olhar para os primeiros documentos oficiais elaborados pelos poderes executivos estaduais na tentativa de se estabelecer os parâmetros mínimos para uma possível retomada das aulas presenciais naquele momento.

A esse respeito, ressalta-se que a opção pelos documentos no âmbito dos estados se deu por dois motivos, sendo o primeiro deles a inexistência de peças norteadoras por parte do governo federal, impossibilitando análises nesta direção, considerando a delimitação temporal mencionada. Em segundo lugar, considerando a intenção de se estabelecer um panorama nacional e reconhecendo-se o elevado volume de municípios brasileiros, concluiu-se que a viabilidade do estudo seria garantida a partir de um direcionamento para os documentos norteadores originados nos estados e no Distrito Federal, abarcando também as discussões do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) – dado o interesse

compartilhado de seus membros em relação ao enfrentamento da pandemia em questão.

Para cumprir com os objetivos almejados, delineou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, combinando-se Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental, caracterizando um estudo exploratório. O levantamento bibliográfico se fez necessário para o desenho de um repertório conceitual necessário para imersão no objeto de análise. Com isso, foram elencados artigos, dissertações, teses e livros disponíveis nos acervos dos Laboratórios Lazer, Gestão e Política (LAGEP - UFOP) e Oricolé (UFMG), além dos sistemas de biblioteca digital e dos sites de busca acadêmica (Google Acadêmico, Scielo, USPTeses e Pubmed), a fim de estabelecer um repertório teórico capaz de sustentar os diálogos possíveis de serem estabelecidos junto aos documentos analisados. Logo, focalizou-se a busca por produções científicas já disponíveis acerca da pandemia e seus impactos na Educação Física e no lazer, além daquelas cujas temáticas perpassam a formação e a atuação dos professores da área.

Consolidado o aparato teórico-conceitual, avançou-se para a fase de coleta dos dados, com amparo na Análise Documental. No entendimento de Tomas, Nelson e Silverman (2012), trata-se de uma tipologia de pesquisa exploratória, cuja finalidade é proporcionar maior afinidade com a temática investigada. Como destaca May (2004), a Análise Documental se justifica como instrumento metodológico pelo potencial de informar e estruturar as decisões que pessoas e instituições tomam ao longo do prazo, constituindo leituras particulares dos eventos sociais. Desse modo, a primeira coleta de dados iniciou em julho de 2020, encerrando-se na segunda quinzena de setembro do mesmo ano, quando os primeiros estados brasileiros iniciaram sua volta às aulas presenciais. Na intenção de se ampliar o escopo de documentos analisados, bem como de atualizar as versões primárias daqueles já apreciados, realizou-se em novembro de 2020 uma segunda verificação das peças pertinentes à pesquisa, concluindo assim o seu escopo.

Foram dirimidas buscas quinzenais em bases de dados públicos dos vinte e seis estados brasileiros e do Distrito Federal, no

intuito de encontrar documentos oficiais de autoria do governo executivo, principalmente das Secretarias Estaduais de Ensino/Educação. Após o interregno expresso para o levantamento de dados, elencou-se 15 documentos, sendo:

Quadro 1 – Listagem dos Documentos Analisados

| RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANALISADOS | | |
|---|---------------------------------------|-----------------|
| Documento analisado | Autoria | Publicação |
| Manual de Protocolos de Saúde. | Governo Estadual do Amazonas | julho / 2020 |
| Plano de Retorno às Atividades Presenciais. | Governo Estadual do Amazonas | julho / 2020 |
| Protocolo Setorial 18 – Atividades Educacionais | Governo Estadual do Ceará | agosto / 2020 |
| Protocolo de retorno das atividades presenciais rede privada de ensino. | Governo do Distrito Federal | agosto / 2020 |
| Decreto nº 4.636-R, de 19 de abril de 2020 | Governo Estadual do Espírito Santo | abril / /2020 |
| Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás | Governo Estadual de Goiás | setembro / 2020 |
| Portaria n.º 748, de 20 de julho de 2020. | Governo Estadual do Maranhão | julho/2020 |
| Protocolo Sanitário de retorno às atividades presenciais no contexto da pandemia da Covid-19 | Governo Estadual de Minas Gerais | novembro / 2020 |
| Diretrizes para Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais | Nacional – CONSED | junho / 2020 |
| Protocolo Novo Normal – Segmento Educação | Governo Estadual da Paraíba | agosto / 2020 |
| Decreto nº. 4960 de 02 de julho de 2020 | Governo Estadual do Paraná | julho/2020 |
| Resolução Conjunta n.º 01/2020 – CC/SEED de 06 de julho de 2020 | Governo Estadual do Paraná | julho/2020 |
| Manual de Medidas de prevenção e controle da infecção por vírus respiratórios recomendadas para a retomada das atividades das escolas | Governo Estadual do Rio de Janeiro | julho / 2020 |
| Distanciamento Controlado - Educação: primeiros passos. | Governo Estadual do Rio Grande do Sul | julho / 2020 |
| Plano de Retorno às Aulas Presenciais – 2020 | Governo Estadual de Rondônia | agosto / 2020 |
| Plano de Retorno da Educação | Governo Estadual de São Paulo | junho / 2020 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

As unidades da federação sem representatividade no presente estudo não publicaram suas diretrizes oficiais até a data de encerramento da coleta de dados. A utilização do documento elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação deu-se pelo envolvimento de técnicos de diferentes unidades da federação, a saber: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. A análise dos dados coletados nos documentos se deu por intermédio da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), permitindo a ordenação dos dados, organizando-os em dois eixos de análise.

Reitera-se que a intenção do estudo não foi comparar os protocolos desenvolvidos pelos estados e pelo Distrito Federal, tampouco criticar de forma deliberada a ausência de diretrizes por parte das 14 Unidades Federativas não representadas neste texto. Trata-se de um esforço orientado pela tentativa de se elencar todas as ações estratégicas elaboradas que interferem direta ou indiretamente no cotidiano da Educação Física Escolar.

Resultados e discussão

Com amparo nos documentos examinados, verificou-se o delineamento de dois eixos de análise, sendo o primeiro relacionado às diretrizes gerais de asseio e higienização para prevenção do contágio com o Covid-19 no ambiente escolar, encontradas em todos os documentos analisados. O segundo aponta as diretrizes com diálogo direto junto às aulas de Educação Física, considerando ainda todo o escopo de atividades escolares atentas à cultura corporal do movimento.

Sobre isso, vale lembrar que o escopo de análise foi composto por 14 documentos oficiais elaborados pelos estados brasileiros, além das “Diretrizes para Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais” do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED, 2020). Vale ressaltar que o Amazonas foi o único estado

a construir dois documentos, quais sejam o “Manual de Protocolos de Saúde” e o “Plano de Retorno às Atividades Presenciais” da Secretaria de Educação e Desporto do Estado. Antes de apresentar os dados específicos da pesquisa, é importante destacar que, dos documentos analisados, em poucos momentos a Educação Física foi abordada de maneira objetiva e direta, havendo poucas orientações específicas para a área. A Tabela 1 apresenta as diretrizes gerais para saúde e prevenção do contágio:

Tabela 1 – Mecanismos de Prevenção – diretrizes gerais

| ORIENTAÇÃO | INCIDÊNCIA |
|---|---|
| Distanciamento social – 1,5 a 2 metros. | Todos. |
| Desativação de bebedouros com disparo para boca e incentivo à utilização de garrafas individuais. | AM, CE, CONSED, DF, ES, GO, MG, PR, RJ, RO, SP. |
| Controle e aferição de temperatura na entrada. | Todos. |
| Reorganização dos espaços escolares | AM, CE, CONSED, DF, ES, MG, RS. |
| Evitar troca de salas e estimular utilização escalonada dos refeitórios. | MG |
| Cancelamento de atividades em grupos de alunos. | CONSED, RO. |
| Redução ou proibição do compartilhamento de materiais e equipamentos. | AM, CONSED, ES, GO, MG, PB, PR, RJ. |
| Oferecer apoio psicossocial a alunos e servidores. | CE, CONSED, DF, GO, MA, MG, PR, RO, SP. |
| Obrigatoriedade de utilização de máscaras. | Todos. |
| Horários escalonados para entrada, saída e intervalos/recreio, para evitar aglomerações. | Todos. |
| Higienização de objetos e materiais de uso comum. | AM, CE, CONSED, DF, ES, MG, PB, PR, RO, RS, SP. |
| Evitar cumprimentos por meio de contato físico, como abraços, beijos e apertos de mão. | AM, ES, GO, MG, RO. |
| Ter atenção especial com estudantes com deficiência ou em condições de risco | MG |
| Monitorar a saúde de toda a comunidade escolar, incluindo familiares dos discentes e servidores. | AM, GO, MG, RJ, RO. |
| Suspender atividades presenciais de colaboradores que façam parte dos grupos de risco. | MG |
| Criar comissão interna de Saúde e Ambiente nas escolas. | MG |
| Distanciamento de 1,5 a 2 metros em caso de enfileiramento de alunos. | AM, CE, ES, GO, MA, MG, PB, PR, RJ, RS. |
| Estimular hábitos saudáveis, como boa alimentação, atividade física e ingestão de líquidos | AM, CE. |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pode-se inferir da Tabela 1 as diretrizes gerais voltadas à manutenção da saúde e prevenção do contágio nos ambientes escolares em âmbito nacional. As medidas apontadas pelos Estados se aplicam, de maneira geral, a todos as esferas das unidades educacionais, desde os serviços como limpeza e manutenção de espaços e materiais, assim como diretrizes para as aulas em salas, visando o cumprimento dos protocolos. Ações como essas se mostram indispensáveis para um retorno seguro das atividades presenciais, caso não seja encontrada uma vacina ou medicamento eficaz para a COVID-19 (OLIVEIRA, 2020), evidenciando a necessidade de se pensar a saúde da comunidade escolar como elemento multifatorial, que envolve o estado geral de saúde aliado a aspectos físicos, psicológicos e sociais.

Por conseguinte, chamam a atenção as orientações protocolares para oferta de apoio psicossocial e acompanhamento da saúde de todos os atores interligados ao cotidiano escolar. Aportando-se em Dias e Pinto (2020), compreende-se a relevância do enfrentamento conjunto acerca dos impactos negativos da pandemia nas dimensões da saúde física e mental, especialmente no que diz respeito ao controle dos níveis de ansiedade, depressão e estresse potencializados pelo confinamento de quarentena. As autoras defendem o estímulo à solidariedade, à resiliência e à continuidade das relações sociais entre educadores e alunos, direcionadas ao combate de fatores indutores de acometimentos associados ao sentimento de medo da infecção e de enclausuramento pela falta de espaços na esfera residencial e pela ausência de contatos pessoais com os colegas de classe.

No que diz respeito ao estímulo de hábitos saudáveis, sobretudo nos aspectos ligados à alimentação, Amorim, Ribeiro Junior e Bandoni (2020) oferecem contribuições importantes ao fazerem um apanhado de estratégias para o combate da insegurança alimentar pós-pandemia. Os autores argumentam sobre o agravamento da insegurança alimentar no curso pandêmico, lançando luz ao enfraquecimento das políticas de segurança nutricional ancoradas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nessa esteira, propõem que o retorno das aulas presenciais seja acompanhado de um levantamento da insegurança alimentar entre os estudantes, da manutenção de políticas sociais equitativas pela ampliação de repasses financeiros aos municípios com menores taxas de IDH, além de ações pontuais para escolares e famílias em insegurança alimentar durante o período de férias e dos recessos escolares.

No que tange às estratégias de ação relacionadas às aulas de Educação Física e às demais práticas corporais no ambiente escolar, foram encontrados os dados compartilhados na Tabela 2. Nota-se que algumas orientações apresentadas nas tabelas se repetem, uma vez que determinada diretriz pode ser entendida como geral e, ao mesmo tempo, influenciar diretamente a organização e a execução das aulas de Educação Física. Medidas a serem tomadas no retorno das aulas se mostram necessárias, uma vez que a Educação Física é suscetível a aglomerações, estimulando interações entre as pessoas – inclusive no âmbito tátil-corporal. Por esse motivo, podem ampliar as chances de disseminação do vírus e, conseqüentemente, a propagação do contágio, levando alguns Estados a se posicionarem contrários às atividades em grupo ou que possam acarretar proximidade de menos de 1,5 metros entre alunos e professores. Para o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE, 2020), a pandemia do Covid – 19 conduz a todos para um cenário caótico e de intensos desafios no que tange a oferta de recursos de educação de maneira equânime. Ao direcionar o olhar para as nuances da Educação Física Escolar, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte considera que os conteúdos escolares que articulam as práticas corporais e os conhecimentos decodificados a partir destas, provavelmente reforçarão processos educativos desiguais, limitando as possibilidades de humanização a partir das práticas corporais. Por esse motivo, juntamente com outros setores da sociedade civil, a entidade se posiciona contrária ao retorno das aulas presenciais, baseando-se nos níveis de contágio e propagação da doença, visando salvaguardar as vidas dos envolvidos na esfera educacional.

Tabela 2 – Mecanismos de Prevenção – Educação Física

| ORIENTAÇÃO | INCIDÊNCIA |
|---|---------------------------------|
| Reorganização dos espaços escolares | AM, CE, CONSED, DF, ES, MG, RS. |
| Cancelamento de atividades em grupos de alunos. | CONSED, RO. |
| Suspender atividades esportivas e eventos públicos | AM, CE, DF, ES, MA, PR, RO, SP. |
| Realização de aulas de Educação Física ao ar livre, sem compartilhamento de materiais. | DF, PB, RJ, SP. |
| Respeitar distanciamento mínimo de 5 metros nas atividades de caminhada e 10 metros nas corridas. | ES. |
| Adoção de aulas teóricas para a Educação Física. | AM, MA, PR. |
| Estimular hábitos saudáveis, como boa alimentação, atividade física, ingestão de líquidos e de boa higiene. | AM, CE. |
| Proibir atividades coletivas que possam gerar contato físico nas aulas de Educação Física. | CE, ES, GO, PB, PR. |
| Respeitar distanciamento mínimo de 1,5 metros nas aulas de Educação Física. | AM, MG, PR, RJ, SP. |
| As aulas de dança e outras atividades coletivas devem ser de ritmos que garantam o distanciamento mínimo exigido entre os alunos. | GO. |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Menciona-se a adoção de aulas teóricas em substituição às aulas práticas de Educação Física, na intenção de reduzir o contato entre indivíduos e, a reboque, o contágio viral. Cabe ressaltar que a proposição de conteúdos teóricos não é, ou não deveria ser, novidade para os docentes e demais membros da comunidade escolar, ou seja, acredita-se que a orientação em tela devesse caminhar para a adequação ou adaptação das aulas – uma vez que a perspectiva de substituição pressupõe a utilização de algo até então estancado. Como apontam Boscatto e Darido (2018), é necessário refletir sobre os aspectos da organização e sistematização dos saberes curriculares da Educação Física, buscando-se superar o caráter esportivista e procedimental predominantes nas práticas de ensino. Logo, em que pesem os limites da formação continuada e da falta de recursos observados na escola, pode-se dizer que o

cenário pandêmico agudiza um desafio já conhecido pelos professores da área.

Em outra vertente, alguns Estados recomendam a readequação de espaços físicos escolares para atender a demanda atual de distanciamento social, fazendo emergir a seguinte indagação: teriam todas as escolas estruturas físicas que possam atender a tais recomendações? Em casos de escolas com menos recursos e espaços físicos limitados, seria possível, mesmo com o revezamento de alunos, contemplar a todos de forma satisfatória e atender as suas necessidades educacionais? A esse respeito, considera-se que a escola não necessita ser pensada como um espaço homogêneo e padronizado, mas é imprescindível se garantir condições mínimas de acesso e permanência em seu ambiente, o que demonstra contradições profundas na realidade brasileira. Sá e Werle (2017) demonstram que, no Brasil, das 141.995 escolas públicas da educação básica, apenas 0,6% são consideradas adequadas para atingir aos propósitos de uma educação de qualidade. De forma ainda mais potente, argumentam que 44% das instituições contam com infraestrutura com apenas água, sanitário, energia, esgoto e cozinha, enfatizando a necessidade de se pensar os aspectos estruturais como objeto empírico de pesquisa – não apenas de forma periférica ou secundária, como se tem observado no campo científico. Outro aspecto importante a se considerar é que distanciamento superior a 1,5 metros pode ser necessário durante práticas corporais que envolvem corrida, uma vez que gotículas corporais podem ser projetadas para distâncias maiores (BLOCKEN *et al.*, 2020).

Visto que as escolas enfrentam, há tempos, dificuldades em relação aos espaços físicos,

a administração escolar tem aí papel destacado em organizar os espaços, os tempos e as atividades, mas esse papel é também limitado, pois há situações que esbarram na questão político-econômica mais ampla em que a escola se insere” (DAMAZIO; SILVA, 2008, p. 6).

Nota-se a necessidade de compreender a situação em que as escolas estão inseridas, uma vez que tanto os recursos próprios quanto de financiamentos podem interferir na gestão seus espaços internos, impactando a qualidade dos espaços e seus usos possíveis para qualificação das atividades escolares. Faz-se, desse modo, coro ao entendimento de Dias e Pinto (2020) quando realçam a urgência de que os governos reconheçam efetivamente o aprofundamento das desigualdades no campo educacional em função da pandemia, priorizando o fortalecimento de políticas públicas para a educação, sobretudo através da ampliação dos recursos humanos e financeiros para o setor.

Bendrath e Malagutti (2020, P. 6) acrescentam que “a questão da infraestrutura e da arquitetura do ambiente escolar é tema muito pouco debatido no universo acadêmico e poucos estudos, especialmente no Brasil, trazem luz à questão”.

Os autores lecionam ainda que

o ambiente de aprendizagem é fundamental para a boa qualidade da educação e, por isso, deve incluir ambientes físicos e sociais seguros, saudáveis e protetores para os alunos aprenderem e os professores trabalharem (BENDRATH; MALAGUTTI, 2020).

Nesse contexto, seguindo o aspecto estrutural das unidades de ensino, evidencia-se também o reforço das desigualdades entre escolas privadas e públicas diante do novo *modus operandi* adotado, que se volta ao uso das tecnologias como meio de dar continuidade às atividades curriculares até que seja possível e seguro retornar à forma presencial. A disparidade das condições de acesso à internet, *hardwares* e *softwares* pelos estudantes de escolas públicas e privadas, acentua no campo educacional desigualdades sociais historicamente produzidas no Brasil. Aponta também limitações às estratégias educacionais passíveis de serem mobilizadas por educadoras e educadores, haja vista a indisponibilidade

de recursos e até mesmo letramento digital para lidar com o novo cenário (SÁ; WERLE, 2017).

Evidencia-se que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), especialmente as de cunho digital, é preponderante para a viabilização de uma transição educacional segura, entrelaçando atividades presenciais, semipresenciais e à distância. Refletindo sobre a formação de professores na área da Educação Física, Oliveira *et al.* (2020) identificaram que os futuros profissionais não se sentiam integralmente preparados para lidar com as TICs no ambiente escolar, fomentando discussões acerca da imersão desta temática nos currículos do ensino superior. Em que pesem as limitações contextuais de cada realidade, é possível especular que a compilação das dificuldades que emergem dos aspectos estruturais, formativos e pedagógicos tendem a intensificar o desafio que se tornou ministrar uma aula de qualidade em tempos pandêmicos.

Pensando na formação para atuação na escola, Pimenta (2020) enfatiza que a formação em licenciatura deve possibilitar aos profissionais a construção de práticas docentes voltadas à mobilização de saberes próprios da formação específica, aliando-os aos saberes-fazeres docentes aplicados cotidianamente sob âncora de intenções educativas cristalinas. Em concordância, Menezes, Paixão e Souza (2020, p. 2) apontam que

o processo de 'saber' e 'saber-fazer' são iniciados durante os cursos de formação inicial de professores, que, legalmente, acontece nos cursos de licenciaturas, tendo surgido no Brasil pela necessidade da existência de profissionais qualificados.

Ao se falar de um novo normal, evidencia-se a necessidade do cuidado em relação a esse conceito, pois segundo Oliveira (2020), para haver um "novo normal" há de ter tido, anteriormente, um normal, enaltecendo que a situação educacional pública nacional está longe de ser considerada normal. Isso se deve ao sucateamento do ensino, dos baixos salários e poucas condições para os

profissionais da educação e das escolas públicas, limitando as possibilidades de formação e emprego de repertórios pedagógicos ótimos às diferentes realidades educacionais brasileiras.

Nessa conjuntura, anunciam-se algumas experiências já em curso pelo país quanto à execução das estratégias para volta às aulas presenciais adotadas por cada estado brasileiro. Aos 5 de agosto de 2020, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) publicou um levantamento do panorama nacional, apontando que os estados do Amazonas e Rio de Janeiro deflagraram greve como medida de preservação da saúde, repudiando a retomada das aulas presenciais devido ao descontrole da pandemia (ANDES, 2020).

Alguns municípios paulistas, com destaque para aqueles do ABC, posicionaram-se contrários ao plano de volta às aulas elaborado pelo governo de São Paulo e anunciaram seus respectivos retornos somente para 2021. No Maranhão, as atividades da rede privada foram retomadas em agosto de 2020, o que não ocorreu na dimensão pública, cujo calendário letivo permanece suspenso. No Paraná e no Rio Grande do Norte, que pretendiam retornar as aulas presenciais em agosto, foi preciso declinar de tal decisão após potente pressão da comunidade escolar e da sociedade civil organizada. Em todos os contextos expostos, as pautas específicas da pandemia se somaram às antigas reivindicações dos trabalhadores da educação, ampliando o espectro de demandas que, quando não atendidas, alargam o rol de justificativas para a paralisação das atividades escolares (ANDES, 2020).

Pensando nisso, os obstáculos postos à mesa dos professores de Educação Física pós-pandemia requerem adaptação às diretrizes estaduais de distanciamento social, que intercalam proibições de atividades em grupos, reorganização espacial dos equipamentos e materiais disponíveis, ressignificação dos eventos e festividades escolares, motivação dos discentes para práticas não hegemônicas e preparação para suportar o volume de trabalho em continua expansão (PALUDO, 2020). Todavia, como lidar com esses desafios e manter, tanto a qualidade da aula quanto o inte-

resse dos alunos, visando respeitar as diretrizes protocolares em vigor?

Considerações finais

Sob a perspectiva da educação brasileira, pode-se concluir que as alterações indicadas pelos governos estaduais visam o retorno das atividades presenciais quando possível, com o mínimo de prejuízo acadêmico para os alunos. Porém, como em qualquer cenário social, existe um jogo de interesses que entrelaçam a rede pública e a rede particular de ensino, além das famílias que se organizam a partir da rotina escolar de suas crianças, adolescentes e jovens.

Considerando o potencial da Educação Física na formação escolar, acredita-se que a atenção recebida nos protocolos se apresenta aquém do que se espera. Apesar do baixo volume de menções diretas, os protocolos implicam nas aulas de Educação Física por determinarem limitações sobre o uso de espaços e equipamentos nos ambientes escolares e sistematizarem a dinâmica de atividades coletivas e/ou em grupos de alunos. Com isso, torna-se complexa a organização e a execução de um montante significativo de atividades que, por consequência, restringem os meios para se viabilizarem as intenções educativas dos professores, cada vez mais cobrados por criatividade e reinvenção.

Os impactos da pandemia geraram e ainda geram necessidades de readequações nos espaços físicos, bem como a busca por novas ferramentas de trabalho que possibilitem ao professor suprir as demandas educacionais, perpassando aspectos pedagógicos, sociais e até mesmo psicológicos. Infelizmente, a demanda aumentada não parece ser acompanhada de processos e mecanismos de formação continuada de mesma monta. Considerando as diferentes realidades das escolas brasileiras, são notáveis os limites de infraestrutura, de recursos humanos e materiais para viabilizar o retorno seguro de forma igualitária.

Referências

- AMAZONAS. **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**. Plano de Retorno às Atividades Presenciais. Manaus, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/plano-de-retorno-as-atividades-presenciais/#:~:text=Desde%20abril%2C%20logo%20ap%C3%B3s%20a,%C3%A0s%20Atividades%20Presenciais%20em%20Manaus>. Acesso em: 16 set. 2020.
- AMAZONAS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Manual de Protocolos de Saúde. Manaus, 2020. Disponível em: http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/PROCOLOS-DE-SAuDE_02.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.
- AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200349>. Acesso em: 19 out. 2020.
- ANDES. **SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**. Professores da Educação Básica se mobilizam contra o retorno das aulas presenciais. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/professores-da-educacao-basica-se-mobilizam-contr-o-retorno-das-aulas-presenciais1>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Bardin%20-%201977%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BENDRATH, E. A.; MALAGUTTI, J. P. M. O fator infraestrutura em projetos de esporte e lazer em escolas públicas. **Pensar a**

Prática, v.23: e57081, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/57081/35559>. Acesso em: 15 out. 2020.

BIANCHI, P.; HATJE, M. A Formação Profissional em Educação Física Permeada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria. **Pensar a Prática**, v. 10, n. 2, p. 291-306, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/1097/1674>. Acesso em: 10 out. 2020.

BLOCKEN, B.; MALIZIA F.; VAN DRUENEN, T.; MARCHAL, T. Towards aerodynamically equivalent COVID19 1.5 m social distancing for walking and running [Internet]. **Urban Physics**, 2020. Disponível em: http://www.urbanphysics.net/Social_Distancing_v20_White_Paper.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BOSCATTO J. D; DARIDO S. C. Currículo E Educação Física Escolar: Análise Do Estado Da Arte Em Periódicos Nacionais. **J. Phys. Educ.**, v.28, e2855, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v28i1.2855>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP N°5/2020: Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. O sistema nacional de educação. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

CASTRO NETA, A. A.; BOA SORTE, D. F.; OLIVEIRA, G. N. B.; CARDOSO, B. L. C.; CRUZ, M. M. S. O currículo cultural da Educação Física e os significados das práticas corporais: análise de uma prática pedagógica. **Pensar a Prática**, v. 23, n.12, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/55046/34759>. Acesso em: 18 out. 2020.

CBCE. **COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**. Posicionamento do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

(CBCE) sobre o retorno às aulas Presenciais com base na argumentação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Escola. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/Nota%20GTT%20escola%20agosto.2020.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CBCE. **COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**. Práticas Corporais em tempos de distanciamento social e Coronavírus - Nota Técnica 8 - GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho do CBCE. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/Nota%20t%C3%A9cnica%208%20-%20CBCE%20em%20tempos%20de%20coronav%C3%ADrus.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CEARÁ. **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**. Protocolos de Reabertura: protocolo setorial 18 – atividades educacionais. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Protocolo-Setorial-18-Atividades-Educacionais-1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Diretrizes para Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais. 2020. Disponível em: <http://consed.org.br/media/download/5eea-22f13ead0.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

CURY, C. R. J. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em Ação**, v.13 n.1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23749>. Acesso em: 18 out. 2020.

DAMAZIO, M. S.; SILVA, M. F. P. O Ensino da Educação Física e o Espaço Físico em Questão. **Pensar a Prática**, v. 1, n. 2, p. 189-196, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v11i2.3590>. Acesso em: 03 out. 2020.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, v. 28, n. 108, p. 545-554, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545. Acesso em: 14 set. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**. Protocolo de Retorno das Atividades Presenciais – rede privada. Distrito Federal, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/protocolo-de-retorno-presencial-na-rede-privada/>. Acesso em: 16 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU**. PORTARIA CONJUNTA SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020. Vitória, 2020. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Extra08-08.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, p. 19-34, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>. Acesso em: 13 out. 2020.

FARIAS, L. A. B. G.; COLARES, M. P.; BARRETO, F. K. A.; CAVALCANTI, L. P. G. O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade**, v. 15, n. 42, 2020. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2455>. Acesso em: 31 out. 2020.

GOIÁS. **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**. Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas Instituições de Ensino do Estado de Goiás. Goiânia: 2020. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/09/04/16_42_48_593_PROTOCOLO_RETORNO_AS_ATIVIDADES_PRESENCIAIS_NAS_INSTITUIC%CC%A7O%CC%83ES_DE_ENSINO_DE_GOIA%CC%81S.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

MARANHÃO. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**. Portaria n.º 748, de 20 de julho de 2020. São Luís, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2020/07/PORTARIA-RETORNO-DAS-AULAS-PRESENCIAIS.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

MATOS, L. D. S.; PINHEIRO, W. C.; BAHIA, M. C. Vivências do Lazer para Discentes do Curso de Educação Física da Universidade

Federal do Pará no Contexto de Pandemia da Covid – 19. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v.23, n.3, p. 251-288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25433>. Acesso em: 31 out. 2020.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4543722/mod_folder/content/0/Tim-May-Pesquisa-Social.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 05 set. 2020.

MINAS GERAIS. **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS**. Protocolo sanitário de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia da Covid-19. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br>. Acesso em: dezembro, 2020.

OLIVEIRA, G. T; MAZZI, B. L; UNGHERI, B. O; CAMPOS, P. A. F; FERREIRA, R. M. Escola x Tecnologia: reflexões sobre a formação de professores de educação física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 1, p. 17 – 22, 2020.

OLIVEIRA, V. H. N. O antes, o agora e o depois: alguns desafios para a educação básica frente à pandemia de COVID-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 3, n. 9, p. 19-25, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/NedelOliveira>. Acesso em: 14 out. 2020.

PALUDO. E. F. Os desafios da docência em tempos de pandemia. **Em tese**, v. 17, n. 2, p. 45-53, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p44>. Acesso em: 19 out. 2020.

PARAÍBA. **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**. Protocolo Novo Normal: segmento de educação. João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/novo-normalpb>. Acesso em: 16 set. 2020.

PARANÁ. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**. Protocolo para Retorno às Aulas Presenciais. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/sites/>

default/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/protocolo_de_retorno_331072020.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

PEDROSA, G. F. S.; DIETZ, K. G. A Prática do Ensino de Arte e Educação Física no Contexto da Pandemia Covid-19. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 2, n. 6, p. 103-112, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/PedrosaDietz>. Acesso em: 15 set. 2020.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores – saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579/36317>. Acesso em: 10 de out. 2020.

RIO DE JANEIRO. **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**. Medidas de prevenção e controle da infecção por vírus respiratórios recomendadas para a retomada das atividades das escolas de ensino fundamental e médio e de jovens adultos no estado do Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: www.saude.rj.gov.br. Acesso em: 16 set. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**. Distanciamento Controlado – Educação: primeiros passos. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/distanciamento-controlado-educacao.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

RONDÔNIA. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA**. Plano de Retorno às Aulas Presenciais. Porto Velho, 2020. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/plano-de-retorno-as-aulas-presenciais-2020-pdf/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SÁ, J. D. S.; WERLE, F. O. C. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Caderno de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 386-413, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143735>. Acesso em: 19 out. 2020.

SÃO PAULO. **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Plano de Retorno da Educação. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>. Acesso em: 16 set. 2020.

SOUZA, F.Q.; PAIXÃO, G. C.; MENEZES, J. B. F. Desafios e Anseios de ser Professor: uma perspectiva de professores em formação. **Ensino em Foco**, v. 3, n. 6, p. 32 – 46, 2020. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/index.php/ensinoemfoco/article/view/678/442>. Acesso em: 01 out. 2020.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

WU, D.; Wu, T.; LIU, Q.; YANG, Z. The SARS-CoV-2 outbreak: what we know. **International Journal of Infectious Diseases**, V. 94, P. 44-48, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7102543/>. Acesso em: 05 set. 2020.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.